



## A HISTÓRIA DA INCLUSÃO X EXCLUSÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Laude Erandi Brandenburg\*  
Cristina Lückmeier\*

### RESUMO:

A história da inclusão remonta à Idade Média, época em que ocorriam muitas matanças e perseguições às pessoas que nasciam com alguma deficiência. No século XV as pessoas consideradas loucas ou com alguma deficiência mental ou física eram mandadas para a fogueira, pois eram vistas como possuídas pelos espíritos malignos. A partir do século XVII, os indivíduos que possuíam alguma deficiência eram retirados do convívio social e fechados em celas e calabouços, asilos e hospitais. Portanto, a trajetória das pessoas com necessidades educativas especiais, ou seja pessoas com deficiência, é marcada pela exclusão, pois elas não eram consideradas pertencentes à maioria da sociedade, eram abandonadas, escondidas ou mortas. Com o passar dos anos, desenvolveu-se um novo conceito de prática da inclusão social. O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil se deu no século XIX, por causa do interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional, inspirados por experiências europeias e norte-americanas. Hoje há muitas leis e decretos implantados que visam garantir os direitos e necessidades das pessoas com deficiência. Este artigo tem como objetivo desenvolver o tema da Inclusão x Exclusão Social, no sentido de refletir sobre a sua história no cenário social e escolar. A metodologia de pesquisa utilizada é bibliográfica e se baseia principalmente na história da inclusão no âmbito da sociedade. A abordagem do assunto será baseada em um processo de construção de um novo tipo de sociedade através da transformação educativa social inclusiva.

**PALAVRAS-CHAVE:** Exclusão x Inclusão Social, Educação Inclusiva, Pessoas com deficiência

Conhecer a história das deficiências é o eixo central para a história da inclusão, pois tem como objetivo acompanhar as trajetórias da medicina e da pedagogia que permitiram que as pessoas com necessidades especiais superassem um processo de exclusão de séculos, conquistando novos espaços sociais e educacionais, apesar dos preconceitos construídos e herdados ao longo dessa trajetória, que até hoje ainda se constituem como barreiras e limitações para o seu desenvolvimento.

\* Pedagoga, doutora em Teologia, docente do Bacharelado em Teologia, da Licenciatura em Música e do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdades EST de São Leopoldo- RS.

\* Pedagoga, psicopedagoga e Estudante do Bacharelado em Teologia da Faculdades EST, São Leopoldo-RS.

As informações mais antigas sobre pessoas com alguma deficiência que se tem conhecimento aconteceram na idade média. Neste período aconteceram muitas matanças, perseguições e horrores com pessoas que nasciam com alguma deficiência. Nesta época na Grécia Antiga as pessoas idealizavam o corpo perfeito de um homem e de uma mulher, como perfeitos, saudáveis e fortes, igualando-se ao corpo de deusas e deuses, assim como também a de guerreiros.<sup>1</sup>

Hoje quando falamos sobre inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, ainda vem a ideia de castigo ou de consequência de algo errado, pois essas informações são atribuídas à Bíblia por muitas pessoas.

A realidade humana é marcada historicamente e culturalmente, bem como a deficiência, que também passa a ser compreendida como fruto de uma compreensão histórica e com o passar dos séculos foi entendida de formas diferentes. E é através desta compreensão que podemos entender conceitos, atitudes e preocupações relacionados às pessoas com deficiência ao longo da história.

Cada povo ou cada tribo foi desenvolvendo seus próprios meios de tratamento de males, por experiências acumuladas e por observações próprias. Segundo a pesquisa de Otto Marques Silva, algumas tribos, que não aceitavam a criança recém-nascida deficiente e não a desejavam, enterravam a criança junto com a placenta ao nascer. Outros abandonavam os incapacitados nas planícies geladas. Assim também existiam tribos que asfixiavam e afogavam as crianças com deficiência ou até mesmo as abandonavam ou queimavam. O motivo do extermínio se dava na grande maioria por medo e por desconhecer as causas da deficiência ou por acreditarem que o corpo de um deficiente físico trazia consigo espíritos do mal.<sup>2</sup>

E assim o tempo foi passando e com ele o primitivo vai construindo, criando e descobrindo facilidades que contribuem para a sobrevivência dos grupos humanos. Com isso muitas descobertas e melhorias foram aprimoradas, potencializando suas organizações. Outro marco no desenvolvimento e progresso destes povos foi o surgimento dos códigos de comunicação e transmissão de informação, que por meio da escrita registravam e revelavam o mundo à sua volta.

---

<sup>1</sup> ROSA, Ângela Coronel Da. Educação inclusiva. Obra coletiva organizada pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Editora Ibpex. p. 73-75.

<sup>2</sup> SILVA, Otto Marques da. *A epopeia ignorada*. São Paulo: CEPAS, 1986. p. 40-48.

Um mundo que vai se constituindo em classes sociais, que determinavam o valor de cada ser humano e o acesso deste aos benefícios gerados pelo progresso.<sup>3</sup>

A civilização egípcia é uma das mais antigas da história da humanidade, seu desenvolvimento sócio econômico se deu pelo favorável vale do rio Nilo. Além das informações contidas nos papiros, há também inúmeros dados sobre deficiência física, descobertos a partir de exames feitos em múmias e esqueletos. Também se encontrou relatos de que o Egito chegou a ser conhecido por muito tempo como a Terra dos Cegos, por causa de uma infecção nos olhos que levava às pessoas a cegueira.<sup>4</sup>

Assim também foram encontradas em obras de arte retratos da existência de pessoas com deficiência, o que nos mostra que foi possível para alguns viverem uma vida normal, inclusive constituindo família. Mesmo assim, apesar de alguns avanços na medicina, predominava nesta civilização a visão de deficiência como consequência de maus espíritos.<sup>5</sup>

Já na cultura grega, a qual era conhecida como uma cultura de deuses, também havia vestígios de que existiam deficiências, inclusive os próprios deuses da Fortuna, do Amor e da Justiça são representados como pessoas cegas. Nesta cultura também eram considerados como deficiências físicas os ferimentos e mutilações causadas pelas guerras e acidentes provocados nas construções civis pela falta de equipamentos.

Mas havia com tudo isso leis gregas que amparavam as pessoas que não tinham condições de garantir o seu próprio sustento. E essas leis também amparavam os deficientes e soldados feridos em batalhas. Cabe destacar que apesar do cuidado com as pessoas, também se tinha o cuidado de construções de rampas para que todas as pessoas tivessem acesso ao santuário. Há também muitos relatos de curas registradas em pedras, placas de agradecimento e pergaminhos de pessoas que se curaram através da medicina que era muito avançada, por meio de medicações corretas e bem dosadas, de intervenções

---

<sup>3</sup> TEHZY, Sandra Kamien. *Simplesmente Igreja: um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para uma práxis comunitária inclusiva*. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo, 2008. p. 32-33.

<sup>4</sup> SILVA, 1986, p. 58.

<sup>5</sup> MÜLLER, Iára. *Aconselhamento com pessoas portadoras de deficiência*. São Leopoldo: Sinodal, 1999. p.19.

cirúrgicas, de banhos especiais, de massagens e fisioterapias, mas também pela força da fé em seu poder de cura.

Esses cuidados eram garantidos por algumas leis e que não eram válidos para as crianças que nasciam com deficiência, pois essas ao nascer eram julgadas por uma comissão oficial de anciãos ou pelo próprio pai que tinham a autoridade de avaliar o destino da criança que nascia com alguma deficiência.

Os sacrifícios de crianças com deficiência eram justificados, pois procuravam buscar um ideal de corpos perfeitos. Elas eram jogadas em abismos ou abandonadas em cavernas e florestas, e, isso acontecia principalmente em Esparta e essas eram praticas consideradas normais por muitos séculos de historia da humanidade.<sup>6</sup>

Na cultura romana as leis apenas garantiam o direito de viver, para as crianças que não apresentavam nenhuma deficiência ao nascer. Do contrario, era o pai que deveria executar a criança, pois para a sociedade romana essas crianças viriam a ser inúteis.

Alguns pais não tinham coragem de matar os seus filhos, e acabavam abandonando-os em cestos no rio Tigre, e essas crianças eram salvas e criadas por pessoas que viviam de esmolas, outras eram vendidas para atividade de circo ou para a prostituição.

Muitos historiadores afirmam que muitos imperadores também sofriam de algumas deficiências, tais como epilepsia, gaguez, paralisia, entre outras deficiências.

Sabe-se também de que muitos romanos se automutilavam, para assim conseguir a dispensa do serviço militar obrigatório, com isso muitos imperadores romanos foram obrigados a estabelecer leis e punições rígidas.<sup>7</sup>

Com todos estes relatos, fica evidente de que nos primeiros períodos da pré-história, a partir de estudos de antropólogos, de que havia naquela época pessoas com alguma má-formação congênita ou adquirida, pois todos esses relatos são retratados em pinturas e cerâmicas, o que nos faz acreditar que o tema da deficiência já existia naqueles tempos entre os povos da antiguidade.

---

<sup>6</sup> SILVA, 1986, p. 91-122.

<sup>7</sup> SILVA, 1986, p. 128-140

Durante o Cristianismo, as ideias da eliminação de crianças ou de bebês foram condenadas, pois os cristãos passaram a valorizar a vida. Todas as pessoas que eram consideradas como diferentes passaram a ser considerados como filhos de Deus, inclusive as mulheres que também sofriam preconceitos nesta época. Mesmo com essas mudanças, ainda eram considerados expiadores de uma culpa alheia, pois os deficientes físicos e mentais, ou seja, doentes mentais considerados loucos eram acusados de estarem possuídos pelos demônios sendo assim excluídas do convívio da sociedade.<sup>8</sup>

Apresentam-se duas saídas para a solução do dilema: de um lado, o castigo como caridade é o meio de salvar a alma das garras do demônio e salvar a humanidade das condutas indecorosas das pessoas com deficiência. De outro lado, atenua-se o castigo com o confinamento, isto é, a segregação (a segregação é o castigo caridoso, dá teto e alimenta enquanto esconde e isola de contato aquele incômodo e inútil sob condições de total desconforto, algemas e falta de higiene)<sup>9</sup>

No século XV, a inquisição manda para a fogueira todas as pessoas que tinham alguma deficiência mental e física, bem como todas as pessoas consideradas loucas e adivinhas. Naquele mesmo século é editado o “Martelo das Bruxas”, um livro de caça às feiticeiras, adivinhos, criaturas bizarras ou de hábitos estranhos.<sup>10</sup>

Segundo Silva, no século XVI, as crianças que tinha deficiência mental grave eram consideradas como possuídas pelos demônios, ou seja, por seres demoníacos. Acreditavam que o demônio possuía esses retardados e ficava onde as suas almas deveriam estar.<sup>11</sup>

Com a rejeição e eliminação de bebês com deficiência, começa a preocupação sobre as pessoas com alguma deficiência. Com isso, são criados alguns critérios para o recebimento da assistência. O primeiro critério seria de pertencer ao grupo, no qual se rejeitavam os estrangeiros. O segundo critério seria a

---

<sup>8</sup> SILVA, 1986, p. 153-168.

<sup>9</sup> WALBER, Vera Beatris. As práticas de cuidado com pessoas com deficiência na Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Psicologia Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, maio de 2004. Apud, CECCIM, Ricardo B. Exclusão e alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre deficiência mental. In: SKLIAR, C. (Org.) Educação e Exclusão- Abordagens Sócio- Antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 27.

<sup>10</sup> WALBER, 2004, p. 27. Apud. CECCIM, 1997, p. 28

<sup>11</sup> SILVA, 1986, p. 211.

inaptidão ao trabalho, pois a assistência era fornecida apenas para aqueles que não conseguiam mais trabalhar, ou seja, pessoas incapazes de suprir sozinhas suas necessidades através do trabalho. Toma-se como exemplo os idosos, os órfãos e também pessoas com alguma deficiência. Neste momento a Igreja também se engajou ao indicar as pessoas para darem esmolas aos cegos, aleijados, impotentes e outros miseráveis.

A partir do fim do século XIII que as práticas da caridade vão se tornando uma espécie de serviço social local. O governo, que era composto pela Igreja, autoridades, leigas e religiosas, senhores notáveis e burgueses ricos, cria as instituições sociais, hospitais, asilos, orfanatos, hospícios, as quais forneciam um atendimento especializado. A Igreja além da responsabilidade das práticas com o serviço social se preocupava com o bem estar dessas pessoas com o seus corpos imperfeitos, e sim oferecia a salvação das almas dos fiéis.<sup>12</sup>

Mas neste período da idade média ocorria também a amputação de membros, isso se dava por castigos, ou seja, penas severas dadas as pessoas que cometiam crimes considerados graves. Elas não eram mortas pelo fato de mostrar ou de amedrontar o resto da população. Por esse fato as pessoas mutiladas também sobreviviam de esmolas ou de caridades do governo.<sup>13</sup>

A partir do século XVI começa a haver um deslocamento das práticas de cuidado com pessoas com deficiência, pois é nesse período que a deficiência passa a ser um problema médico e não somente assistencial. O saber médico sobre a deficiência começa a ser produzido e questionado, pois todo o deficiente poderia ser educado e tinha o direito a essa educação. Não era mais possível negar a responsabilidade social e política em relação a este grupo de pessoas. No entanto, ainda não se falava de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade e muito menos em escolas com outras crianças.

Este século se caracteriza por uma preocupação, e teve seu inicio marcado com médicos e pedagogos que desafiaram os preconceitos, e passaram a defender as possibilidades educacionais de cada pessoa considerada excluída. A criança passa primeiramente por uma educação familiar. E desde então a educação para as pessoas com deficiência vem sendo conquistada lentamente.

---

<sup>12</sup> WALBER, 2004, p. 27-32.

<sup>13</sup> SILVA, 1986, p. 201.

E com todas estas conquistas no século XIX houve um declínio dos esforços educacionais conquistadas no século XVIII, pois a pessoa com deficiência passou a ser cuidada apenas pelas instituições, e, essas instituições passaram a ser uma espécie de prisão para essas pessoas, pois acreditava-se que poderiam ser uma ameaça para a sociedade.

Mesmo com todas as conquistas, pois passaram a receber assistência em asilos, em 1857 é publicado um Tratado de Degenerescência de Morel. Neste Tratado a doutrina do pecado original é substituída, o pecado divino do deficiente mental é substituído pelo pecado da natureza. Coloca-se sobre as pessoas deficientes a ideia de que eram geneticamente predispostas ao crime e eram uma ameaça à civilização.

A partir do século XIX a sociedade passou a defender que o melhor seria criar organizações separadas onde as pessoas com deficiência pudessem receber melhores atendimentos e com menos gastos sob um olhar médico, mas ainda não se pensava em colocar o deficiente na sociedade ou nas famílias. Surgem nesta época os famosos manicômios, onde as torturas com essas pessoas que eram internadas eram constantes.

Com o passar dos anos as instituições foram se especializando, deixando de serem apenas lugares de abrigo e sim um lugar onde o deficiente tivesse a sua devida atenção conforme o seu tipo de deficiência. As instituições passam a oferecer todo tipo de serviço necessário às pessoas que as frequentavam.<sup>14</sup>

Devido às praticas médicas, os diagnósticos, tratamento de reabilitação e o processo de desinstitucionalização manicomial, trouxe para a década de 60, a ideia de que as pessoas com deficiência poderiam e deveriam participar do convívio social, desde que elas pudessem se adaptar às normas e valores da sociedade. Mesmo com uma vida em sociedade, eram mantidos os atendimentos nas instituições, as quais se preocupavam com as pessoas com deficiência, pois elas visam proteger e preparar o deficiente para uma melhor reintegração futura na sociedade. E assim surgem as escolas especializadas para os portadores de necessidades especiais.

---

<sup>14</sup> WALBER, 2004, p.32-35.



Segundo os princípios da normatização, todas as pessoas com deficiência tem o direito de experimentar uma vida que seria comum ou normal à sua cultura, com acesso a educação, trabalho, lazer. E ao mesmo tempo mostrar as pessoas que estão sendo atendidas em instituições, de que elas têm um mundo muito parecido fora da instituição, mas as pessoas que não tinham condições ao convívio social continuavam mantidas em instituições.<sup>15</sup>

A história da inclusão, ou seja, o atendimento as pessoas portadoras de deficiência no Brasil se deu a partir do século XIX, por iniciativas oficiais e particulares isolados, por interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional, inspirados por experiências europeias e norte- americanas.<sup>16</sup>

A preocupação com as pessoas portadoras de necessidades especiais aqui no Brasil ocorreu somente no final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX. E assim a história da Educação especial foi se organizando de maneira assistencial, sob uma pesquisa isolada e sob uma pesquisa dividida das deficiências, fato que contribuiu para o isolamento da vida escolar e social das crianças e jovens com deficiências.<sup>17</sup>

O tema da inclusão social aqui no Brasil vem orientando a elaboração de políticas publica e de leis que visam criar programas e serviços especializados no atendimento de pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNEES) nos últimos 50 anos.<sup>18</sup>

Na década de 60, o conceito de integralização teve reflexo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n. 4.024/61) que apontava ao poder público o compromisso com a educação especial. Em 1971 o Ministério da Educação criou um órgão autônomo sob o tema do Art.9º da Lei n. 5.692/71, em que constava a previsão de tratamento especial aos excepcionais.

---

<sup>15</sup> WALBER, 2004, p.36-37.

<sup>16</sup> MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2001. p.15.

<sup>17</sup> MERGULHÃO, Luciana Stocco de. Calma! Eu tenho o meu tempo: Os caminhos da inclusão como uma prática pedagógica transgressora (e obrigatória!). (Dissertação de Mestrado).

<sup>18</sup> RIBEIRO, Vagno Batista. Aportes conceituais sobre a dialética inclusão / exclusão: possibilidades de convivência com a diversidade no espaço escolar(Dissertação de Mestrado). São Leopoldo 2012. p. 7.



Em 1975 foi aprovada a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Esse documento destaca a dignidade e o respeito para com os direitos das pessoas com deficiência e o direito ao tratamento para o seu desenvolvimento.

No ano de 1981 é declarado o Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência, pelas Organizações das Nações Unidas (ONU). Neste encontro também se discutiu a equiparação de oportunidades e acessibilidades aos bens e serviços, o qual resultou na aprovação do plano de ação mundial para a pessoa portadora de deficiência, o Programa de Ação Mundial (PAM), isso em 1982. Em 1988 a Constituição Brasileira estabelece no seu Art. 208, inciso III que o dever do Estado com a educação deverá ser realizado mediante a garantia de atendimento educacional com especialidade para pessoas com necessidades especiais, hoje pessoas com deficiências. E nas redes públicas de ensino regular, os profissionais deverão atender e acolher todos os estudantes em suas classes e oferecer-lhes auxílios para que possam ampliar seu potencial.

A Lei de n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, disciplinou o Art. 205, exigindo o pleno desenvolvimento da pessoa com necessidades especiais a partir da educação. No Art. 206, inciso I e IV, estabelece-se a igualdade de permanência ao acesso na escola e a sua gratuidade do ensino oficial para todos. Da mesma forma, a Lei n. 8.069 / 90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 2º e 5º garante que toda criança e todo adolescente receberão atendimento especializado e nenhuma criança deverá ser objeto de negligência. Da mesma forma a Lei n. 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 2º, garante que a criança e o adolescente receberão atendimento especial. Em 07 de dezembro de 1993, a lei n. 8.742/93 dispôs sobre a organização da assistência social.

Muitos movimentos nacionais e internacionais foram realizados, buscando sempre o acordo para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva, mas o marco histórico da inclusão foi em junho de 1994, com a declaração de Salamanca, na Espanha, na Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais. Evento realizado pela UNESCO, participação de 88 países e 25 organizações, apontando para os princípios de que toda a criança tem o direito

fundamental à educação assim como a oportunidade de obter e manter o mínimo aceitável de conhecimento.

A inclusão social esta inserida na temática de um Estado Democrático e Social de Direitos, no qual todas as pessoas podem acessar seus direitos. Assim também a LDB estabelece a educação infantil como primeira etapa da educação básica, tendo como base o desenvolvimento integral de todas as crianças, inclusive as com necessidades educacionais especiais (Art. 58 e 59).

A resolução n. 02, de 11 de setembro de 2000, é caracterizada como sendo um dos documentos mais importantes na luta pela sustentação de uma educação inclusiva no Brasil. E foi a Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Segundo o PNE a oferta de educação especial poderá ser feita de três maneiras: 1) participação nas classes comuns; 2) sala especial; 3) escola especial.

As salas e escolas especiais devem ser apenas para aquelas que realmente não poderão ser atendidas nas salas convencionais. Atualmente percebe-se que a inclusão de pessoas com deficiência está cada vez mais presente em espaços de escolas, ambientes acadêmicos, mercado de trabalho e político.<sup>19</sup>

A inclusão acontece por meio de um processo interativo em que sociedade e alunos com deficiência se reconhecem, adaptam-se e desenvolvem-se, estabelecendo novos pactos fundamentados no direito de cidadania plena para todos. Logo, o processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional que envolve a revelação de uma escola eficiente, diferente, solidárias e democráticas em que a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão.

Todos nós podemos aprender juntos! Esse é o principio da educação inclusiva, mas temos que levar em consideração dificuldades e diferenças em classe heterogêneas, ou seja, de classes que não se misturam. Uma escola que trabalha em seu espaço com heterogeneidade nas relações cotidianas e a convivência com os diferentes mostra que o mundo é composto pela diversidade. A escola inclusiva, com isso, deve educar todos os alunos na rede regular de ensino, proporcionando

---

<sup>19</sup> RIBEIRO, 2012, p.43- 45.

programas educacionais apropriados às necessidades dos mesmos que preveem apoio para que os alunos tenham sucesso.

Para que a inclusão ocorra de fato nas escolas é preciso que a educação assuma uma postura de mudança nas práticas educacionais discriminatórias, pois somente a partir dessas modificações se podem garantir a inclusão e isso provoca as escolas e seus professores a atualizarem suas práticas pedagógicas para adequar-se às exigências de uma sociedade do conhecimento que rejeita barreiras e preconceitos de toda ordem dentro e fora da sala de aula.<sup>20</sup>

A inclusão depende muito de mudanças nos valores de uma sociedade, nos quais a escola esta implicada historicamente, preparando o aluno com deficiência para o pleno exercício da cidadania e, ao mesmo tempo, preparando o ambiente escolar para receber estes alunos, mas estas mudanças hoje no meio escolar estão ocorrendo de uma maneira muito lenta, gradativa, planejada e contínua, pois muito precisasse repensar na escola em relação a inclusão. Precisassem pensar e repensar o planejamento das aulas, sua organização especial, até a avaliação destes alunos.

E muitos professores precisam repensar a sua postura e aceitar a criança com deficiência, acreditando nela e em seu potencial, e não aceitá-la apenas porque existe uma lei que lhe garante o direito de ser incluída e, com isso, perceber que estes alunos com deficiências poderiam enriquecer as experiências de todo o grupo através da socialização. Mesmo com todas as lutas no decorrer da história pelos direitos humanos e direitos sociais, percebe-se que muitas mudanças ocorreram, mas ainda há muito a ser esclarecido e discutido a respeito das diferenças no âmbito da inclusão.

Uma sociedade na qual se respeita a diversidade étnica e ao mesmo tempo em que atende a maioria de suas necessidades, está dentro das características de uma sociedade inclusiva. Ainda existem muitas dificuldades a serem superadas e dúvidas a serem esclarecidas, mas entende-se que para haver uma alteração a nível de estrutura escolar, adaptação curricular e preparação profissional deverá acontecer, primeiramente, a mudança de mentalidade.

---

<sup>20</sup> CARDOSO, Marilene. Espaço para a inclusão. *Novolhar*, ano 10. Número 47. Setembro e outubro de 2012. p.18-19.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Marilene. Espaço para a inclusão. *Novolhar*, ano 10. Número 47. Setembro e outubro de 2012.

CECCIM, Ricardo B. Exclusão e alteridade: de uma nota de imprensa a uma nota sobre deficiência mental. In: SKLIAR, C. (Org.) Educação e Exclusão- Abordagens Sócio- Antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2001.

MERGULHÃO, Luciana Stocco de. *Calma! Eu tenho o meu tempo: Os caminhos da inclusão como uma prática pedagógica transgressora (e obrigatória!)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Metodista de São Paulo, 2003.

MÜLLER, Iára. *Aconselhamento com pessoas portadoras de deficiência*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

RIBEIRO, Vagno Batista. *Aportes conceituais sobre a dialética inclusão / exclusão: possibilidades de convivência com a diversidade no espaço escolar*. São Leopoldo: EST (Dissertação de Mestrado), 2012.

ROSA, Ângela Coronel Da. Educação inclusiva. Obra coletiva organizada pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Editora Ibpex.

SILVA, Otto Marques da. *A epopeia ignorada*. São Paulo: CEPAS, 1986.

TEHZY, Sandra Kamien. *Simplemente Igreja: um olhar sobre inclusão de pessoas com deficiência em busca de contribuições para uma práxis comunitária inclusiva*. (Dissertação de Mestrado). São Leopoldo, 2008.